Sumário

Prefácio IX

Introdução 1

Capitulo I. Compreensão Fundamental Acerca da Justiça Fiscal 9
1.1 Do estado patrimonial ao estado fiscal 16
1.2 Sistema constitucional tributário e exaustiva positivação 36
1.3 Justiça fiscal na Constituição de 1988 51
1.3.1 Capacidade contributiva 55
1.3.2 Caracteres da capacidade contributiva 65
1.3.3 Benefícios fiscais, imunidades e outros incentivos 79

Capítulo II. Análise Crítica do Sistema Tributário Brasileiro 95
2.1 A carga tributária nacional 100
2.2 Distribuição de renda e carga tributária 115
2.2.1 Tributação de bens de consumo 131
2.3 Outros desconcertos da tributação no Brasil 157
2.3.1 Privilégios fiscais 157
2.3.2 O princípio da confiança e os programas de parcelamento 167
2.3.3 Anistia e fiscalização tributária 171
2.3.4 Violação ao não confisco e mínimo existencial 176
2.3.5 Contribuições sociais 182
2.3.6 Micros e pequenas empresas 188
2.3.7 Progressividade do Imposto sobre a Renda 193
2.3.8 O Federalismo Fiscal: uniformidade da tributação 201

Capítulo III. O Sistema Tributário e a Economia Comportamental 215
3.1 A economia comportamental 232
3.2 Em busca de uma explicação razoável para o fenômeno tributário brasileiro 255
3.2.1 Reciprocidade 259
3.2.2 Status quo ou inércia 262
3.2.3 Aversão à perda 266

3.2.4 Viés da confirmação e superconfiança 268
3.2.5 Contas mentais 270
3.2.6 Força de vontade e âncora da fragilidade 273
3.2.7 Abatimento hiperbólico 275
3.2.8 Sobrecarga de escolhas e informação 277
3.2.9 Viés de disponibilidade 280
3.2.10 Viés da representatividade 283
3.2.11 Ancoragem e ajustes 285
3.2.12 Aprovação social e comportamento de manada 288
3.2.13 Otimismo e ilusão de validade 290
3.3 Como o estado pode promover a justiça fiscal 293
3.3.1 Relações de consumo e identificação da capacidade contributiva 296
3.3.2 Núcleos de proteção ao contribuinte e o Ministério Público 297
3.3.3 Redução de complexidades, educação tributária e o papel da imprensa 300
3.3.4 Juizados especiais e o combate à inadimplência 302
3.3.5 Cadastro positivo de pagadores tributários 303
3.3.6 Progressividade para a segurança jurídica e confiança 304
3.3.7 Estado unitário, supersalários e Congresso unicameral 305

Considerações Finais 309

Referências 321